



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2015**  
(Do Senhor Jaime Martins)

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discutir o PL nº 4.960/16, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais e ouvido o Plenário, a realização de audiência pública para discutir o PL nº 4.960/16, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências.

Para tanto, solicito a participação dos seguintes expositores:

- Do Senhor Secretário Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades;
- Do Senhor José Carlos Rodrigues Martins, Presidente do Conselho de Administração da Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC;
- Do Senhor Rubens Menin, Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias – ABRAINC;
- Senhor Marcos Antônio Landa de Souza, Representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia.



## **JUSTIFICAÇÃO**

O Projeto de Lei nº 4.960/16, do Poder Executivo, tem o propósito de aprimorar o alcance social, e a eficiência do Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, e para tanto, propõe alteração na Lei nº 11.977 de 2009, que dispõe sobre o PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências.

A proposta apresenta diversas linhas de alterações com vistas a adequar normas que solucionem entraves na operacionalização do Programa e que garanta melhores condições de manutenção da população beneficiada nas áreas residenciais. A proposição objetiva ainda, alteração no processo de regularização fundiária, desburocratização de procedimentos de registros e cartorários, bem como, aperfeiçoar a didática dos objetivos do programa, de forma a melhorar a compreensão do seu escopo, e propõe também a alteração no Regime Especial de Tributação – RET.

Assim, pela abrangência do projeto e importância da adequação da legislação para solucionar os entraves que estão dificultando a execução efetiva do PMCMV, consideramos oportuno o debate com o Executivo e com os setores da Sociedade Civil envolvidos neste processo.

Pelo exposto, solicitamos aos nobres membros deste Colegiado a aprovação deste Requerimento.

Sala das Comissões, em 13, de maio de 2016.

Deputado **JAIME MARTINS**  
**PSD/MG**